

Formas de participação social e política das mulheres nos Açores

Álvaro Borralho¹

1. Introdução

A presente comunicação pretende dar conta de alguns resultados a que chegámos num estudo recente sobre a *condição feminina* nos Açores. O estudo analisou as práticas e as representações sociais das mulheres ao nível das temáticas relacionadas com a família, o trabalho e o emprego, a participação social e política, a violência e a familiaridade com a lei.² Nesta comunicação pretende-se apenas reflectir sobre um conjunto de aspectos que se revelaram muito significativos em termos da avaliação da participação social e política das inquiridas.³

Entendemos por participação social um conjunto de práticas que os indivíduos desenvolvem conjuntamente ao nível da intervenção voluntária, realizadas em termos de preenchimento dos tempos livres.⁴ Trata-se, por conseguinte, de práticas de sociabilidade e convivialidade que se efectivam tanto mais, quanto maior for o grau de proximidade social entre os indivíduos. Noutro contexto, mas ainda assim relevante para se perceber o que é, ou pode ser a participação social, Bourdieu afirma que a probabilidade de existência de um grupo social é tanto maior quanto menor for a distância (social) que os indivíduos mantêm.⁵ Do mesmo modo, defendemos que a probabilidade de participação social é tanto mais efectiva, isto é, real, quanto maior for o grau de proximidade entre os indivíduos. Isto não quer dizer que apenas os que pertencem ao mesmo grupo social (por exemplo, a classe social) possam desenvolver formas de cooperação conjunta nos seus tempos livres, mas que essa proximidade acaba por condicionar as relações que estabelecem.

Assim, a participação social deve ser vista no quadro estrito da colaboração em acções conjuntas como forma de ocupação dos tempos livres, quer dizer, como actividade inconfundível com a actividade dominante, seja ela do mundo laboral, escolar ou outra. Portanto, actividade vivencial entendida e vivida pelos próprios como lúdica.

Se podemos entender a participação social como o associativismo cuja orientação predominante é a realização de acções de carácter cultural, desportivo e cívico, a participação política refere-se a manifestações mais interventivas. Dito de outro modo, trata-se de formas pelas quais os indivíduos intervêm na escolha e selecção dos governantes, assim como na formação de opiniões sobre o sistema

¹ Docente da Universidade dos Açores e membro do Centro de Estudos Sociais do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais.

² O estudo, levado a efeito em 1998-99, teve por base a aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra representativa da população feminina residente nos Açores (n=488), com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos, nas ilhas de S. Miguel, Terceira, S. Jorge, Pico e Faial. Realizado no âmbito do Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, resulta de um pedido da Assembleia Legislativa Regional e encontra-se publicado: Gilberta Rocha; Octávio Medeiros; Licínio Tomás; Artur Madeira; Álvaro Borralho – *A Situação das Mulheres nos Açores*, Ponta Delgada, Assembleia Legislativa Regional dos Açores/Universidade dos Açores – Centro de Estudos Sociais, 1999.

³ Apesar desse conjunto de interpretações que realizámos, o estudo revestiu-se de um carácter exploratório, pelo que a dimensão dos temas referidos, não permite grande aprofundamento desses mesmos temas.

⁴ Cf. Luís de França (coord.) – *Portugal, Valores Europeus Identidade Cultural*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1993, p. 56.

⁵ Cf. Pierre Bourdieu – *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Ed., 1997, p. 33 e segs.

político.⁶

Há, no entanto, uma zona de fronteira entre a participação social e política que, para todos os efeitos, aqui foi entendida como associativismo cívico. Falamos, concretamente, do sindicalismo ou pertença a associações patronais. Estas associações tanto podem, num primeiro esboço, ser colocadas dum lado como do outro. Como o que se pretende é traçar um perfil das possíveis e prováveis formas de participação das mulheres, entendemos colocar o associativismo sindical, profissional ou patronal ao nível das associações de carácter lúdico.

Os estudos sobre a participação política são relativamente recentes e, ainda que se realizem sob diferentes perspectivas, o conceito foi sendo alargado a modalidades de participação não eleitoral.⁷ Com efeito, o conceito de participação política implica não só votar como tomar parte no debate político e em actividades pré-eleitorais, utilizar instrumentos que visem a manifestação de interesses e desenvolver acções junto dos poderes mais próximos.⁸ Podemos, assim, verificar a existência de dois níveis de participação: eleitoral e organizacional.⁹ De um lado, temos a acção de votar – “a maneira mais elementar de participar, acessível a todo o cidadão é a de eleger”¹⁰ –, do outro, temos a adesão a grupos mais ou menos institucionalizados.¹¹

Em resumo, estamos diante de um conjunto de acções de exercício da cidadania, isto é, possibilidades de acção democrática junto dos poderes instituídos, que “depende da presença ou ausência não só de estruturas participativas no sistema político, mas também de uma cultura de participação.”¹²

Embora as modernas sociedades democráticas sejam, “pelo menos, potencialmente participativas”¹³, assistimos ao desinteresse político, reflectido no aumento do abstencionismo eleitoral e na inexpressiva participação organizacional. Com efeito, os estudos recentes apontam para esta realidade: o desinteresse pela política e a desidentificação com a oferta político-partidária.¹⁴ Isso mesmo observamos em termos da participação social e política das mulheres nos Açores. Ainda que não tenha sido possível operacionalizar um conjunto mais vasto de indicadores que nos permitisse uma melhor caracterização, pelas razões anteriormente apontadas, as nossas hipóteses de trabalho fundamentam-se nos resultados de alguns estudos realizados sobre a sociedade portuguesa.

A participação social e política das mulheres não pode deixar de ser vista no quadro geral da participação dos indivíduos. Verifica-se que só depois do 25 de Abril de 1974 se pode falar da emergência de uma cultura participativa.¹⁵ Ainda assim, “a explosão da participação que se verificou ao longo da transição revolucionária, entre 1974 e 1976, traduziu porém mais uma súbita descompressão social e política do que uma profunda e consistente mudança de atitudes e comportamentos.”¹⁶

As hipóteses que ressaltam do que foi dito, apontam para formas difusas de participação social e política das mulheres que residem nos Açores. Em primeiro lugar, porque o conjunto de estudos realizados para a realidade portuguesa não

⁶ Cf. Manuel Braga da Cruz – *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova, Bertrand Ed., 1995, p. 337 e Robert E. Dowse; John A. Hughes – *Sociología política*, Madrid, Alianza Ed., 1993, p. 360.

⁷ Cf. Jorge Benedicto; María Luz Morán – *Sociedad y Política. Temas de sociología política*, Madrid, Alianza Ed., 1995, p. 302.

⁸ Idem, pp. 303-305.

⁹ Cf. Braga da Cruz, op. cit., p. 344.

¹⁰ Braga da Cruz, op. cit., p. 344.

¹¹ Idem, pp. 345-346.

¹² Braga da Cruz, op. cit., pp. 339-340.

¹³ Dowse, op. cit., p. 167.

¹⁴ Cf. Juan Mozzicafreddo – *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Ed., 1997, p. 206 e segs.

¹⁵ Cf. Braga da Cruz, op. cit., p. 299 e segs.

¹⁶ Idem, ibidem.

autorizam outra coisa.¹⁷ Em segundo lugar, porque os estudos que foram realizados sobre os Açores, em especial o que analisa o associativismo juvenil, identifica que a participação adquire pouco significado.¹⁸

Munidos deste manancial de informação importa, todavia, verificar que participação é essa, quais as modalidades que assume e que representações estão a elas associadas, como se afastam ou se aproximam de indicadores que resultam de outros estudos e, finalmente, que razões poderão estar na base desse associativismo cívico-político, provavelmente, difuso.

2. A Participação Social

A participação social das mulheres foi vista em termos de associativismo cívico e da avaliação da intensidade subjectiva desse associativismo. No seguimento de um outro estudo realizado em Portugal¹⁹, registamos que a pertença a associações é de 21.% contra 78.2% das que afirmam não pertencer. Apesar da idade, do estado civil e da situação perante o trabalho introduzirem diferenças no grau de associativismo são, sobretudo, os níveis de instrução que permitem chegar a um conjunto de resultados mais significativos.

Quadro 1: ASSOCIATIVISMO SEGUNDO OS NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

Níveis de instrução	Associativismo		
	Sim	Não	Ns/Nr
Não lê nem escreve	25.0	75.0	-
Lê e escreve	6.3	93.8	-
Básico ou Primário	15.1	84.3	0.5
Ciclo Preparatório	13.5	85.1	1.4
Ensino Unificado	25.4	74.6	-
Ensino Complementar	25.6	74.4	-
Ensino Médio	45.8	54.2	-
Ensino Superior	47.1	52.9	-
Ns/Nr	50.0	50.0	-
Total	21.7	77.9	0.4

Verificamos que são as mulheres que possuem maior nível de qualificações escolares as que pertencem a associações, destacando-se as que possuem ou frequentam o ensino médio (45.8%) e o ensino superior (47.1%). Ao invés, são as que possuem menores qualificações as que menos pertencem, com excepção das que não sabem ler nem escrever.

Das inquiridas, denotam maior participação as que possuem idade abaixo dos 29 anos (23%), as solteiras (32.4%) e as que possuem o ensino médio ou o ensino superior, permitindo-nos afirmar que o associativismo não é independente dos recursos sociais, em especial, as habilitações literárias. Pelo contrário, o associativismo é tanto maior, quanto maior for o capital escolar.

Os resultados vão ao encontro daqueles que se registam a nível nacional. De facto, “os que mais valorizam os tempos livres são os que atingiram níveis de instrução mais elevados, os que dispõem de maiores rendimentos, os que têm, em

¹⁷Cf. Luís de França (coord.) – *Portugal, Valores Europeus Identidade Cultural*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1993; Manuel Villaverde Cabral - *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta Ed., 1997; Manuel Villaverde Cabral; José Machado Pais (coords.) - *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Ed., 1998; José Manuel Viegas; Sérgio Faria - *As Mulheres na Política*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

¹⁸ Cf. Gilberta Rocha, Octávio Medeiros, Fernando Diogo - *Juventude Açoriana. Caracterização, valores e aspirações*, Ponta Delgada, Direcção Regional da Juventude, 1995.

¹⁹ Luís de França (coord.) – *Portugal, Valores Europeus Identidade Cultural*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1993.

suma, um melhor estatuto social e que residem na zona de Lisboa”.²⁰

Considerando o tipo de associações preferidas pelas mulheres que se associam (Quadro 2), regista-se que a maior parte prefere as religiosas, com 27.4%, seguidas das que optam pelas musicais, 10.4%, e das desportivas, 8.9%. Em último lugar aparecem as que se dedicam ao coleccionismo, com 0.7%. As de tipo sindical-profissional e as político-partidárias aparecem em 4.º e 5.º lugares, com 8.9% e 8.2%, respectivamente.

Quadro 2: ASSOCIATIVISMO, POR TIPO DE ASSOCIAÇÃO

Associações	%
Religiosa	27.4
Musical	10.4
Desportiva	8.9
Sindical/profissional	8.9
Político-partidária	8.2
Cultural	6.7
Apoio social/prestação de socorros	5.9
Associação de pais	5.9
Dança/folclore	4.4
Escutismo	4.4
Coleccionismo	0.7
Outra	8.2
Total	100.0

Comparando com o que se verifica a nível nacional, o associativismo feminino nos Açores é claramente superior à média nacional no que diz respeito à religião (11%), mas acompanhando de perto o que se observa para as restantes.²¹ Temos, assim, um associativismo de fraca expressão e entendido, sobretudo, como preenchimento de tempos-livres.

A avaliação que as próprias inquiridas fazem da sua participação não deixa margem para dúvidas. Com efeito, mais de 40% dizem não participar, contra 6.4% das que classificam a sua contribuição muito activa. De salientar, ainda, o significativo valor de “não sabe/não responde”, da ordem dos 31%.

Quadro 3: AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

Muito activa	Activa	Pouco activa	Não participa	Ns/Nr
6.4	10.9	6.8	45.1	30.9

No registo da avaliação do grau de associativismo, observam-se diferenças quanto à idade e ao estado civil. Apesar das que se dizem “muito activas” possuírem idades compreendidas entre os 50 e os 65 anos (11,8%), o conjunto das “activas” e “muito activas” são as que possuem idades inferiores aos 29 anos (18,8%).

Quanto aos motivos da não participação, surge, em primeiro lugar, “não tenho disponibilidade”, com 31.4%, seguido do “não me interessa”, 27.9%. Os restantes motivos sugeridos, foram pouco escolhidos, rondando os 6.7% para “nunca ninguém me convidou” e 1.3% para “não sinto obrigação”.

Comparando os motivos da não participação com os níveis de instrução, o “não tenho disponibilidade” toma valores muito próximos para as que possuem escolaridade nula – não lê nem escreve e lê e escreve – (25%) como para as que possuem o ensino superior (26.5%).

²⁰ Luís de França (coord.), op. cit., p. 57.

²¹ Cf. Luís de França, op. cit., p. 71.

Quadro 4: MOTIVOS DA NÃO PARTICIPAÇÃO

Motivos	%
Não tenho disponibilidade	31.4
Não me interessa	27.9
Não me sinto com preparação	3.8
Não sinto obrigação	1.3
Nunca ninguém me convidou	6.7
Não gosto dos responsáveis	0.4
Outro	6.3
Ns/Nr	22.2
Total	100.0

Quadro 5: MOTIVOS DA NÃO PARTICIPAÇÃO SEGUNDO OS NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

Níveis de instrução	Motivos							Ns/Nr
	Não tenho disponibilidade	Não me interessa	Não me sinto com preparação	Não sinto obrigação	Nunca ninguém me convidou	Não gosto dos responsáveis	Outro	
Não lê nem escreve	25.0	41.7	-	-	-	-	-	33.3
Lê e escreve	25.0	37.5	18.8	-	-	-	6.3	12.5
Básico ou Primário	31.9	30.8	7.0	0.5	5.9	0.5	4.9	18.4
Ciclo Preparatório	36.5	37.8	-	-	8.1	1.4	2.7	13.5
Ensino Unificado	28.6	20.6	4.8	4.8	7.9	-	9.5	23.8
Ensino Comp.	32.1	21.8	1.3	1.3	11.5	-	7.7	24.4
Ensino Médio	33.3	16.7	-	-	4.2	-	12.5	33.3
Ensino Superior	26.5	8.8	-	2.9	-	-	8.8	52.9
Ns/Nr	50.0	-	-	-	-	-	-	50.0
Total	31.6	27.3	4.1	1.2	6.6	0.4	6.1	22.7

Apesar destes valores estarem muito próximos, existem diferenças quanto às opções realizadas pelas inquiridas. Note-se que enquanto o “não tenho disponibilidade” é o motivo mais escolhido pelas inquiridas com elevada escolaridade, o “não me interessa” é o preferido pelas que possuem escolaridade nula ou baixa. Ou seja, as mulheres com maiores habilitações escolares são as que menos escolhem o “não me interessa” (8.8%) permitindo afirmar que o seu interesse é significativo, embora encontrem dificuldades em justificar a não participação, na medida em que 50% optou por “não sabe/não responde”. Ao contrário, o interesse é tanto menor quanto mais baixo se desce nos níveis de instrução.

Chegados a este ponto, importa interpretar melhor os resultados que obtivemos para a participação social.

Um estudo realizado em 1994 sobre a juventude açoriana já havia detectado que 66% da população juvenil de ambos os sexos não pertence a associações. Dentro do associativismo, as preferidas são as desportivas (34.5%), seguidas das bandas/coros, com 16.1%.²² Já esse estudo fazia referências às diferenças: os jovens do sexo feminino escolhem as associações de carácter religioso (66.7%), contra 33.3% do sexo masculino. O estudo conclui: “de um modo geral a participação masculina é maior do que a feminina”²³, sendo “relativamente intensa”, pois 28.6% afirmam consideram-se “muito activos” e “activos”.²⁴

Estes resultados correspondem, aliás, aquilo que se verifica em termos

²² O estudo apoiou-se num inquérito por questionário à população entre os 15 e os 34 anos, residente nas diversas ilhas do Arquipélago. Cf. Gilberta Rocha, Octávio Medeiros, Fernando Diogo – *Juventude Açoriana. Caracterização, valores e aspirações*, Ponta Delgada, Direcção Regional de Juventude, 1995.

²³ Gilberta Rocha et al, op. cit., p. 79.

²⁴ Idem, p. 82.

nacionais. O estudo realizado em 1993, observava que “a maioria dos portugueses (64%) não pertence a nenhuma organização voluntária”²⁵, sendo ainda um valor inferior ao da média europeia (52%).²⁶ Por outro lado, as associações mais escolhidas são as desportivas e recreativas, com 14%, e as religiosas, 11%. Os sindicatos aparecem em 5.º lugar, com 5%, tal como os grupos políticos. O estudo considera ainda que as mulheres tendem a participar mais nas associações religiosas e naquelas que se dedicam à juventude.

Também uma pesquisa realizada em 1991 a nível nacional havia verificado que apenas 12% das mulheres declaravam estar associadas, contra 25% dos homens.²⁷

Temos assim um quadro de participação social para a população feminina dos Açores que se caracteriza pela não participação. É verdade que a nossa análise está ainda numa fase muito incipiente e que a participação social convoca outros indicadores para além do associativismo. Contudo, este pode-se considerar como o nível mais elementar da participação social. E se, a este nível, não encontramos participação significativa, mais difícil será encontrá-la, provavelmente, em níveis mais elevados de empenhamento.

Em resumo, o associativismo feminino açoriano inscreve-se no abstencionismo registado em termos nacionais, sendo de valor mais elevado. Mesmo quando essa participação se realiza, faz-se, sobretudo, como ocupação esporádica e em associações que parecem apelar mais à filiação do que à acção empenhada e constante. Notamos ainda, que o capital escolar ajuda a esclarecer este quadro de participação. Isto é, as vivências cívicas são pouco interactivas com o contexto social, não porque isso seja estranho ou se recuse liminarmente, mas porque as mulheres elegem como núcleo central das suas vivências o seio familiar, na óptica da domesticidade, conforme comprovámos no estudo que serviu de base a esta comunicação.

3. A Participação Política

A participação política foi aferida em torno de dois indicadores: participação eleitoral e participação organizacional. No entanto, qualquer dos indicadores foi pouco aprofundado. Os elementos aqui compilados mostram-nos, apenas, alguns resultados referentes a formas primeiras de participação.

A maior parte das mulheres não parece demonstrar interesse pela política, na medida em apenas 2.3% se diz “muito interessada” e 17.6%, “interessada”. Mais de 75% se diz “pouco” ou “nada interessada”.

Quadro 6: INTERESSE POR ASSUNTOS DE CARÁCTER POLÍTICO

Muito interessada	Interessada	Pouco interessada	Nada interessada	Ns/Nr
2.3	17.6	34.2	44.9	1.0

Curiosamente, ou não, são as que possuem idades entre os 40 e os 49 anos a denunciar o maior interesse pela política, com 6.3%, valor claramente superior à média (2.3%). São ainda estas inquiridas que denotam interesse mais significativo, com 35.4% (valor agregado de “muito” e “interesse”), percentagem mais expressiva quando comparada com o resultado médio, 19.9%. Se antes registámos uma variação de 4 pontos, agora é de quase 16 pontos percentuais.

²⁵ Luís de Franca, op. cit., p. 59.

²⁶ Idem, ibidem.

²⁷ Cf. Manuel Villaverde Cabral – *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta Ed., 1997, p. 83.

Quadro 7: INTERESSE POR ASSUNTOS DE CARÁCTER POLÍTICO SEGUNDO OS NÍVEIS ETÁRIOS

Níveis etários	Muito interessada	Interessada	Pouco interessada	Nada interessada	Ns/Nr
18 – 29	1.1	18.3	40.0	40.0	0.6
30 – 39	0.8	10.7	40.5	46.3	1.7
40 – 49	6.3	29.1	26.6	38.0	-
50 – 65	2.9	15.7	22.5	56.9	2.0
Total	2.3	17.6	34.2	44.9	1.0

Não se pode, assim, afirmar que a idade não influencia o interesse pela política, mas os resultados são ainda mais expressivos quando relacionados com o nível de instrução. Como verificamos no Quadro 8, o interesse pela política é tanto maior quando maior for o capital escolar, e vice-versa. O “muito interesse” e o “interesse” registam valores agregados de 33.4%, 41.7% e 38.3% para as inquiridas que possuem, respectivamente, os graus de ensino complementar, médio e superior. As restantes possuem valores mais baixos que a média (19.9%), entre os 10 e os 14%. Paralelamente, são estas últimas inquiridas que revelam maiores preferências do lado do pouco e nulo interesse, entre 83.4%, para as que possuem o básico ou primário, e os 93.8%, para as que sabem ler/escrever.

Quadro 8: INTERESSE POR ASSUNTOS DE CARÁCTER POLÍTICO SEGUNDO OS NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

Níveis de instrução	Muito interessada	Interessada	Pouco Interessada	Nada interessada	Ns/Nr
Não lê nem escreve	-	8.3	16.7	66.7	8.3
Lê e escreve	-	6.3	6.3	87.5	-
Básico ou Primário	3.2	11.9	32.4	51.4	1.1
Ciclo preparatório	1.4	9.5	39.2	48.6	1.4
Ensino Unificado	-	12.7	34.9	50.8	1.6
Ensino Complementar	2.6	30.8	38.5	28.2	-
Ensino Médio	-	41.7	29.2	29.2	-
Ensino Superior	5.9	32.4	47.1	14.7	-
Ns/Nr	-	100.0	-	-	-
Total	2.3	17.6	34.2	44.9	1.0

Assim, podemos afirmar que mais do que a idade, é o nível de instrução que permite explicar o interesse pela política. Esta conclusão é-nos confirmada quando pedimos que as inquiridas avaliassem a sua participação. Observamos que 65.2% das mulheres nunca participam, sendo seguidas pelas que participam “poucas vezes”, com 18.6%, e o valor de muitas vezes não vai além de escassos 5%. Quer isto dizer que, do lado da avaliação da participação, as inquiridas denotam ainda uma maior desidentificação com a política o que deixa antever um elevado grau de *distância ao poder*.

Quadro 9: PARTICIPAÇÃO EM ACTIVIDADES DE CARÁCTER POLÍTICO

Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Nunca	Ns/Nr
5.1	9.0	18.6	65.2	2.0

Ao relacionarmos as avaliações subjectivas da participação social e política, reparamos na existência de uma relação entre uma e outra. As inquiridas que tendem a participar mais politicamente são aquelas que se associam, em especial as que participam “muitas vezes”, com 16.1%, valor claramente superior à média (5.1%). E ressalta do quadro seguinte que a participação social é como uma espécie de “antecâmara” da participação política.²⁸

²⁸ Cf. José Manuel Viegas; Sérgio Faria, op. cit., p. 46.

Quadro 10: AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA SEGUNDO A AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Participação social	Participação política				
	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Nunca	Ns/Nr
Muitas vezes	16.1	16.1	19.4	41.9	6.5
Algumas vezes	1.9	13.2	28.3	56.6	-
Poucas vezes	-	9.1	24.2	66.7	-
Nunca	3.2	10.0	18.2	67.7	0.9
Ns/Nr	8.0	4.7	14.7	68.7	4.0
Total	5.1	9.0	18.6	65.2	2.0

Na avaliação da participação distribuída pela idade, são as mulheres entre os 40 e 49 anos que valorizam mais positivamente a sua actividade. De facto, os valores agregados de “muitas” e “algumas vezes” são mais elevados entre as mulheres do escalão etário dos 40 aos 49 anos (17.8%), seguido das que têm entre 30 e 39 anos (16.5%). Isto poderá indiciar que são as mulheres mais idosas as que mais participam. É assim, com efeito, mas também são estas mulheres que maiores possibilidades tiveram de participar no passado, pois pensamos que a avaliação que produzem acaba por reflectir aquilo que é a sua experiência. Quer isto dizer que a participação política está dependente da idade?

Não pensamos que seja assim, contudo a participação está dependente, sim, do acto de votar que, como se sabe, só é possível depois dos 18 anos. A nossa análise revela que são os actos eleitorais a cativarem a mobilização da maior parte das inquiridas. Apesar de se verificar que a abstenção eleitoral tem vindo a subir nas diversas eleições, revelando-se particularmente elevada nos Açores, é, todavia, esta a forma elementar de participação.²⁹ Será que podemos argumentar, na esteira de M. Villaverde Cabral, “se as eleições não serão o ‘poder’ dos menos ‘poderosos’?”³⁰

Quadro 11: INICIATIVAS PARTICIPADAS E SUA FREQUÊNCIA

Iniciativas participadas	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Nunca	Ns/Nr
Comícios e sessões de esclarecimento	2.3	5.1	5.5	58.0	29.1
Reuniões com dirigentes partidários	0.6	1.8	4.1	62.9	30.5
Actos eleitorais	42.2	11.9	7.4	17.8	20.7
Actividades de campanhas eleitorais	1.8	5.9	4.9	56.8	30.5
Festas dos partidos	3.5	8.6	5.9	53.1	28.9
Outra	1.0	0.2	0.4	40.4	58.0

Em termos de iniciativas participadas, as eleições aparecem à frente em lugar bastante destacado, apresentando 42.2% para “muitas vezes”. O valor agregado de “muitas” e “algumas vezes” é de 54.1%, andando próximo da percentagem de votantes, por exemplo, nas últimas eleições para a Assembleia Legislativa Regional (59.1%). Vemos ainda que a avaliação subjectiva da actividade partidária, nos seus diversos graus, é diminuta.

Que razões poderão estar na base da participação nestas actividades, ou melhor, que razões levam as inquiridas a preferir umas relativamente às outras?

O motivo mais escolhido é “porque isso é um dever de todos os cidadãos”, com 45.1%, seguido de “porque isso contribui para o desenvolvimento da região e do país”, com cerca de 20%. Tudo aponta para que as mulheres sintam a sua

²⁹ A abstenção para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores regista valores de 37.7% (1984), 41.2% (1988), 37.8% (1992) e 40.9%, em 1996 (fonte: Comissão Nacional de Eleições). Por outro lado, os Açores registaram os valores mais elevados de abstenção para a eleição da Assembleia da República em 1987 e 1991, exceptuando os círculos da Europa e Fora da Europa, com 45.8% e 42.5%, respectivamente. Veja-se que a abstenção total cifrou-se em 28.4%, para 1987, e 32.2% em 1991. Cf. Manuel Braga da Cruz, op. cit., p. 309 (Quadro IV).

³⁰ Manuel Villaverde Cabral, op. cit., p. 93.

participação como um *dever de cidadania*, não vislumbrando que seja uma forma de afirmação particular das mulheres. A participação eleitoral acaba, assim, por ser a preferida, também porque ela implica um accionamento menor de recursos sociais.

Quadro 12: RAZÕES DA PARTICIPAÇÃO

Razões	%
Porque isso é um dever de todos os cidadãos	45.1
Porque a participação das mulheres é fundamental para a sua afirmação	5.3
Porque isso contribui para o desenvolvimento da região e do país	19.9
Porque é um meio de promoção social	0.6
Porque é uma forma de realização pessoal	2.0
Outra	4.7
Ns/Nr	36.9

Caracterizando agora a participação organizacional, verificamos que 12.2% dizem-se militantes partidárias, contra 86.8% que não estão inscritas. Ou seja, a militância é superior quer ao “muito interesse” pela política (2.3%), quer ao da participação política na categoria “muitas vezes” (5.1%). Isto poderá indiciar uma militância pouco activa. O perfil social continua a ser caracterizado pela idade, mas sobretudo pelos níveis de instrução.

Quadro 13: MILITÂNCIA PARTIDÁRIA POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

Níveis de instrução	Militância		
	Sim	Não	Ns/Nr
Não lê nem escreve	-	100.0	-
Lê e escreve	6.3	93.8	-
Básico ou Primário	11.9	86.5	1.6
Ciclo Preparatório	12.2	87.8	-
Ensino Unificado	4.8	93.7	1.6
Ensino Complementar	16.7	82.1	1.3
Ensino Médio	8.3	91.7	-
Ensino Superior	23.5	76.5	-
Ns/Nr	-	100.0	-
Total	11.9	87.1	1.0

O capital escolar é decisivo para explicar a militância partidária, pois são as que possuem o ensino superior a denotarem maior mobilização, cerca de 24%, valor claramente superior à média (11.9%). Além das explicações anteriores, a militância poderá ter a ver com os *ciclos políticos*, já que 40.3% das inquiridas dizem pertencer há mais de 10 anos, ou de 1 a 5 anos. O grosso da distribuição, 80.6%, está aqui concentrado, deixando antever que a filiação deverá ter ocorrido em épocas de forte mobilização eleitoral e, eventualmente, de mudança política nos órgãos do poder regional e local.³¹ Os resultados não deixam de ser curiosos, pois revelam que se trata, no primeiro caso, de uma militância mais prolongada, logo de forte fidelização partidária. No segundo caso, as militantes mais recentes (47.1%) - até 5 anos de militância - filiaram-se num período em que ocorreram seis actos eleitorais: Assembleia Legislativa Regional (1992 e 1996), Autarquias Locais (1993 e 1997), Parlamento Europeu (1997) e Presidência da República (1996).

Entre os motivos da não militância partidária pontifica o “não me interessa participar”, com 60.2%, seguido do “não tenho tempo”, com 12.3%. No entanto, a esmagadora maioria das inquiridas entende que os órgãos políticos devem incluir mulheres, 92.2%, contra 3.3% das que são de opinião contrária. Verificam-se diferenças quando esta inclusão é confrontada com os níveis de instrução, por

³¹ Como se sabe, o Partido Socialista protagonizou uma mudança política importante na Região ao vencer as Eleições para a Assembleia Legislativa Regional, em 1996.

exemplo, mas o “sim” regista sempre valores da ordem dos 90%, excepto para as que apenas lêem e escrevem (81.3%).

O mesmo se observa quando questionadas sobre se as mulheres devem participar politicamente, com o “sim” a atingir cerca de 93%, ligeiramente mais elevado para as que possuem maior capital escolar.

Quadro 14: NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

Níveis de instrução	Necessidade da participação		
	Sim	Não	Ns/Nr
Não lê nem escreve	91.7	—	8.3
Lê e escreve	93.8	—	6.3
Básico ou Primário	89.2	6.5	4.3
Ciclo Preparatório	90.5	6.8	2.7
Ensino Unificado	95.2	3.2	1.6
Ensino Complementar	97.4	—	2.6
Ensino Médio	95.8	4.2	—
Ensino Superior	94.1	2.9	2.9
Ns/Nr	100.0	—	—
Total	92.4	4.3	3.3

No entanto, quando se analisa o grau de participação nos órgãos de poder local, observamos valores para “muitas” e “algumas vezes” da ordem dos 2%, com o “nunca” a registar cerca de 95%. São novamente os níveis de instrução que estabelecem diferenças mais significativas, mas ainda assim com pouca expressividade.

Quadro 15: ASSUNÇÃO DE CARGO NAS AUTARQUIAS LOCAIS POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

Níveis de instrução	Assunção de cargo nas Autarquias Locais				
	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Nunca	Ns/Nr
Não lê nem escreve	-	-	-	100.0	-
Lê e escreve	-	-	-	100.0	-
Básico ou Primário	1.1	-	-	97.3	1.6
Ciclo Preparatório	1.4	-	-	97.3	1.4
Ensino Unificado	1.6	1.6	1.6	93.7	1.6
Ensino Complementar	-	1.3	2.6	92.3	3.8
Ensino Médio	-	4.2	-	87.5	8.3
Ensino Superior	2.9	-	8.8	85.3	2.9
Ns/Nr	-	-	-	100.0	-
Total	1.0	0.6	1.2	94.9	2.3

Mesmo sabendo que a participação nos órgãos de poder local está vincadamente enraizada nas formas de participação partidária, até porque só os partidos podem concorrer a estes órgãos de poder, com excepção das Assembleias de Freguesia, o “nunca” atinge sempre valores superiores a 85%, sendo de 100% para as que, praticamente, não possuem capital escolar.

Na posse destes resultados, vemos que a participação é menor à medida que se avança para formas mais efectivas de mobilização, quer partidária, quer institucional. A participação nas diversas modalidades que poder político pode assumir não faz parte, de todo, do quotidiano feminino açoriano. No entanto, as expectativas das inquiridas vão no sentido de uma participação mais efectiva.

4. Conclusão

Não será demais referir que os resultados aqui apresentados são um primeiro esforço de perceber e interpretar a cidadania feminina nos Açores. São,

por isso, resultados que não nos autorizam a traçar uma radiografia completa do quotidiano feminino, embora nos ajudem a compreender um pouco das vivências das mulheres. Ainda assim, façamos o esforço dessa compreensão.

Em primeiro lugar, verificamos que à medida que a análise vai descendo a níveis mais efectivos de participação deparamos com avaliações negativas e sistemáticas dessa realidade. A percentagem de mulheres que está associada ronda os 22%, mas aquelas que são activas é da ordem dos 17%. Nesta categoria encontramos, fundamentalmente, as mais novas e as mais escolarizadas. Todavia, como vimos, o associativismo é de cariz religioso, cultural e desportivo, ou seja, consiste em modalidades de preenchimento de tempos-livres, pouco interventivas socialmente.³² É certo que não podemos ver nas atitudes das mulheres uma recusa liminar do associativismo, mas ausente do seu quotidiano por não fazer parte da sua experiência social. Quer dizer, por não fazer parte das suas actividades cognitivas, de construção do real, de o verificar e experimentar.³³ Numa palavra, o associativismo não faz parte da socialização da maioria das mulheres.

Não quer dizer que este obstáculo não seja transponível – essa é mesmo uma das condições do *habitus* – por meio de novas aquisições permitidas pela experiência social. Mas essa experiência só poderá levar a novas mobilizações cognitivas e novas práticas se for suficientemente interactiva com o contexto social. Por outras palavras, para que os “obstáculos” colocados pela socialização não seja demasiadamente intransponíveis, eles necessitam ser reformulados por novas experiências e actividades que extravasem o quotidiano demasiado fechado das vivências femininas. Finalmente, só a participação poderá levar, em nossa opinião, a novas formas de participação, reformulando os limites impostos pela socialização, isto é, (re) socializando, até porque, como sabemos, os indivíduos nunca estão completamente socializados.³⁴

Em segundo lugar, e confirmando o quadro sobre o associativismo, a participação política tende a ser difusa, esporádica, pouco interventiva, sobretudo eleitoral, e não conduz à ocupação de lugares de poder partidário ou político.³⁵ A militância partidária entendida como veículo que permite abrir as portas do poder propriamente político acarreta recursos e custos que dificilmente as mulheres podem disponibilizar ou suportar. A começar, uma militância continuada, disponibilidade de tempo e dedicação à *agenda política*, capacidade de intervir no debate, em suma, recursos que parecem estar do lado das possuidoras de elevados níveis de instrução. Não admira, assim, que sejam estas as que estão, fundamentalmente, presentes na estrutura partidária açoriana. “Do quadro de doutrinas e ideologias ou do modo de funcionamento interno dos partidos políticos às exigências colocadas pelo regime das campanhas eleitorais ou às formas de recrutamento e selecção do pessoal político existem razões e indícios que denunciam claramente as dificuldades de conciliação entre as mulheres e os ritmos e as práticas do homo politicus.”³⁶

Relembrando alguns dos resultados que o estudo permitiu ver ao nível das outras dimensões convocadas para a análise, sobretudo a caracterização familiar, não podemos dizer que os obstáculos se colocam apenas do lado do sistema. Com efeito, a participação política feminina não é independente das formas de acesso da mulher a outras áreas sociais, condicionadas por fortes obstáculos.³⁷ A espelhar essa realidade, temos que 76% das mulheres indicam a “família” como o aspecto mais valorizado na sua vivência. Segue-se a “educação” (61.9%), o “trabalho e a vida profissional” (16.6%), o “bom nível de vida” (11.9%). A “religião”, com 11.5%, aparece à frente da “participação social e política”, dos “amigos” (7.8%) e,

³² Muito embora algumas associações religiosas tenham actividade junto de grupos mais desfavorecidos.

³³ Cf. François Dubet – *Sociologia da Experiência*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996, p. 95 e segs.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ Cf. José M. Viegas ; Sérgio Faria, *op. cit.*

³⁶ José M. Viegas; Sérgio Faria, *op. cit.*, pp. 34-35.

³⁷ Cf. José M. Viegas ; Sérgio Faria, *op. cit.*, p. 19. Vide Gilberta Rocha et al, *op. cit.*

finalmente, os “tempos-livres”, com 5.3%.

O centramento do quotidiano na esfera da família indicia que a lógica da vivência familiar seja a da domesticidade, subordinada a lógicas e ritmos sociais que têm a ver com a dominação masculina.³⁸ Apelando ainda a um conjunto de resultados que o nosso estudo revelou e que não é possível dar conta em detalhe, a *dominação masculina* deve ser entendida na duplicidade de papéis sociais que as mulheres desempenham. Sendo um poder, não é um poder absoluto e as mulheres indiciam estar a “libertar-se” desse poder, pelo menos em determinados aspectos simbólicos. Todavia, a prática desmente este “optimismo”, seja vista pela óptica da inserção no mercado de trabalho, seja pela violência doméstica.

Retomando os aspectos centrais da análise sobre as modalidades de participação, parece-nos ainda que a correlação entre participação social e política deverá ser vista em duplo sentido. Afirmámos anteriormente que o associativismo tende a ser uma antecâmara da mobilização para a política. Mas, não será o contrário? Será que não é a “força” social do voto político e do tomar consciência do debate, isto é, aquisição cognitiva de informações sobre a política e os “políticos”, a fomentar a participação social?

As questões parecem-nos pertinentes antes de mais porque ajudam a situar o problema, teórica e metodologicamente, assim como a relativizar os conhecimentos que sociologicamente se vão construindo. A sequência da análise acabou por ser conduzida de acordo com este princípio, segundo o qual a mobilização política se faz na “consequência” da participação social. Todavia, parece-nos que esta relação é demasiado redutora. Explicando melhor.

O associativismo preferido pelas mulheres caracteriza-se por ser de dois tipos: religioso e cultural-desportivo. Formas de associativismo que não apelam directamente à intervenção cívica, mas à execução de saberes-fazeres, aprendidos e incorporados, no caso da música e do desporto. No segmento religioso, não nos parece que se trate de uma associativismo interventivo. Ele está, fundamentalmente, ligado aos grupos diversos grupos que funcionam junto da Igreja Católica, mais ligados às práticas religiosas – festividades, oração, ajuda paroquial, etc. – do que a a modalidades de intervenção social. Por outro lado, a pouca actividade das inquiridas reflecte o seu distanciamento quanto às chefias destes grupos. Estas mulheres são, por assim dizer, *militantes* associativas, mas não fazem parte dos corpos dirigentes associativos onde a actividade é bem mais mobilizadora da participação. Isto é, formas de participação passiva, onde o factor competitivo é mais difuso, assim como a expressão da opinião, do debate, da crítica e da reflexão sobre a vida associativa. Numa palavra, em lógicas de quase subordinação aos modelos pré-estabelecidos da convivência associativa, incapaz de operar inovações e de criar uma certa *cultura democrática*.

Deste modo, somos levados a concluir que poderá ser a lógica da participação democrática, estruturada em torno do jogo político, e da experiência acumulada, não necessariamente vivida, da cidadania democrática a “abrir caminho” para que as mulheres alcancem novas formas de inserção social. Neste confronto entre oportunidades subjectivas e obstáculos objectivos, poderá ser que a experiência cognitiva da política, do jogo contraditório que ela encerra, constitua, de alguma forma, um incentivo a outras *aprendizagens*.

Por outro lado, e admitindo que existem trocas entre uma e outra modalidade de participação, o associativismo “social” é provavelmente escolhido na medida em que se torna mais permeável à adesão feminina. Não só porque do lado da política as lógicas e os ritmos do poder estão muito distanciadas do quotidiano feminino, mas porque o *mercado da oferta social* acaba por criar formas possíveis (escapatórias) das mulheres romperem, ainda que esporadicamente, com as suas vivências. Contudo, as impossibilidades materiais, ofuscadas pela acessibilidade subjectiva, acabam por operar *filtragens* sociais tanto menos percebidas como tais, quanto maior for o seu carácter (poder) simbólico, “quer dizer, ignorado como

³⁸ Cf. Pierre Bourdieu – *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Ed., 1999.

arbitrário.”³⁹

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre – *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre – *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

BOURDIEU, Pierre – *A Dominação Masculina*, Oeiras Celta Editora, 1999.

CABRAL, Manuel Villaverde – *Cidadania Política e Equidade Social*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

CABRAL, Manuel Villaverde; PAIS, José Machado (coords.) – *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta Editora, 1998.

COSTA, Adélia – *Representações Sociais de Homens e Mulheres. Portugal 1991*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Cadernos Condição Feminina, n.º 34, 1992.

CRUZ, Manuel Braga da – *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1995.

DUBET, François – *Sociologia da Experiência*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996.

FRANÇA, Luís de (coord.) – *Portugal, Valores Europeus Identidade Cultural*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1993.

MOZZICAFREDDO, Juan – “Estado, Modernidade e Cidadania”; VIEGAS, José Manuel L., COSTA, António Firmino da (orgs.) – *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras Celta Editora, 1998.

MOZZICAFREDDO, Juan – *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

ROCHA, Gilberta; MEDEIROS, Octávio; DIOGO, Fernando – *Juventude Açoriana. Caracterizações, valores e aspirações*, Ponta Delgada, Sec. Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia/Direcção Regional da Juventude, 1995.

ROCHA, Gilberta; MEDEIROS, Octávio; TOMÁS, Licínio; MADEIRA, Artur; BORRALHO, Álvaro – *A Situação das Mulheres nos Açores*, Ponta Delgada, Assembleia Legislativa Regional dos Açores e Centro de Estudos Sociais, 1999.

VIEGAS, José M. L.; FARIA, Sérgio - *As Mulheres na Política*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

VIEGAS, José Manuel L., COSTA, António Firmino da (orgs.) – *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras Celta Editora, 1998.

³⁹ Pierre Bourdieu - *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 14.